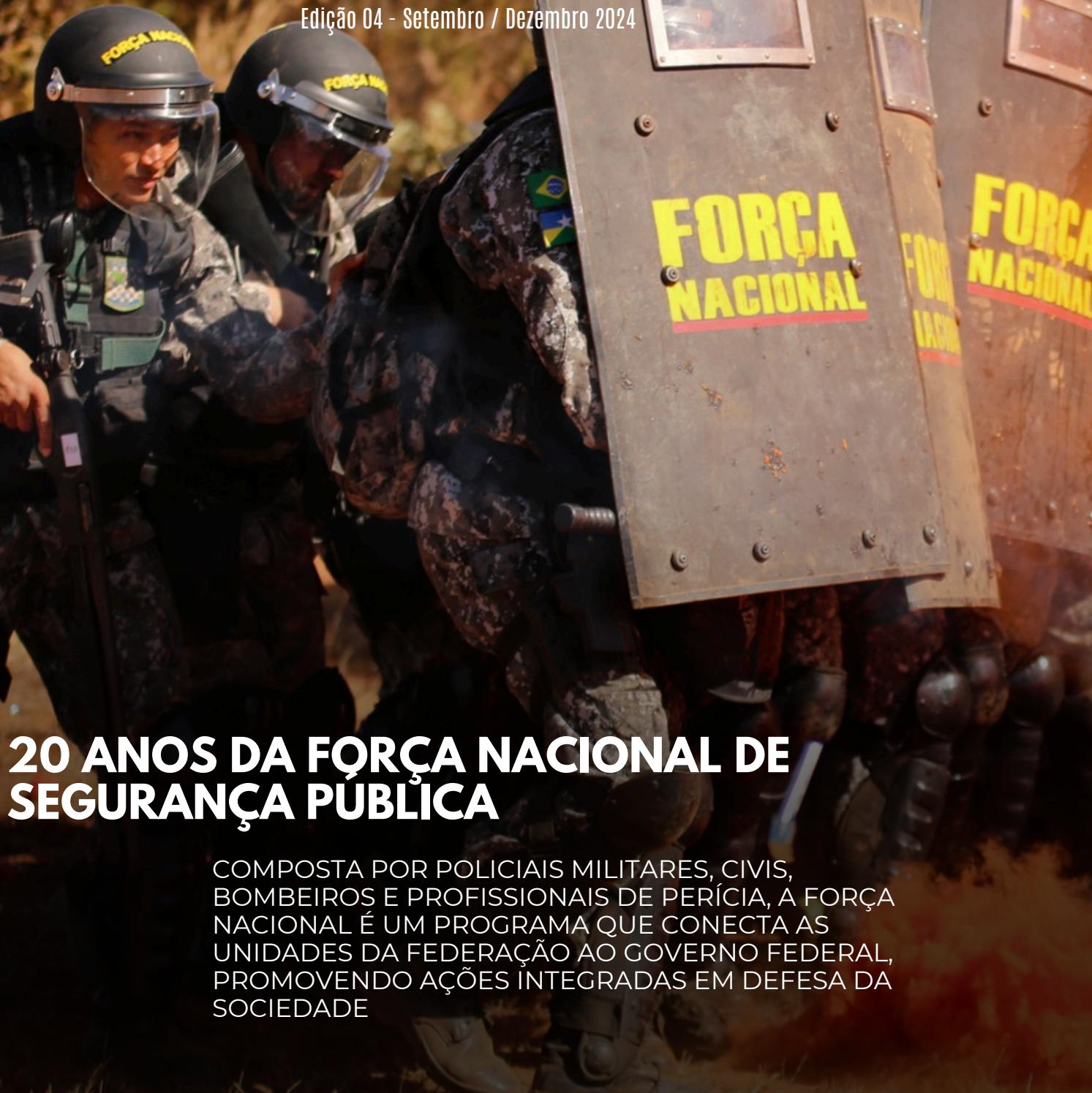


INFORMATIVO SENASA

Edição 04 - Setembro / Dezembro 2024



20 ANOS DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

COMPOSTA POR POLICIAIS MILITARES, CIVIS, BOMBEIROS E PROFISSIONAIS DE PERÍCIA, A FORÇA NACIONAL É UM PROGRAMA QUE CONECTA AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO AO GOVERNO FEDERAL, PROMOVENDO AÇÕES INTEGRADAS EM DEFESA DA SOCIEDADE



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Enrique Ricardo Lewandowski

Secretário Nacional de Segurança Pública
Mario Luiz Sarrubbo

Chefe de Gabinete da SENASP
Márcio Bruno Rios Diniz

Diretora de Ensino e Pesquisa - DEP
Michele Gonçalves dos Ramos

Diretor da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP
Fernando Alencar Medeiros

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública - DGFNSP
Camila Pintarelli

Diretora de Gestão e Integração de Informações - DGI
Vanessa Fusco Nogueira Simões

Diretor de Operações Integradas e de Inteligência - DIOPI
Rodney da Silva

Diretora do Sistema Único de Segurança Pública - DSUSP
Isabel Seixas de Figueiredo

Coordenação de Relações Institucionais / SENASP

Bruno Santos de Oliveira

Coordenação de Apoio Técnico e Administrativo / SENASP

Camilla Rodrigues Marques

Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação / SENASP

Priscilla Oliveira

Coordenação de Análise Técnica e Integridade / SENASP

Cristina Mosquetta de Moraes

EQUIPE EDITORIAL

Alcemir Coelho da Silva - PMAM

Ana Amélia Jacó de Souza Nascimento - PMAM

Ana Gabriela Mendes Serra da Silva - PMAP

Gabriel Gonçalves Dias Diniz - PCMG

Gabriel Silva Araújo - Senasp/MJSP

Igor Rodrigues Coelho - PMMA

Jonilda Bonfim - Senasp/MJSP

Renan José Almeida Amaro - BMPA

Vânia Spindola Arantes da Silva - PMGO

Wagner Henrique Varela da Silva - PMPB

Zulmíro José Machado Filho - Senasp/MJSP

Diagramação

Alcemir Coelho da Silva - PMAM

Revisão

Jonilda Bonfim - Senasp/MJSP

Sumário



CAPA 20 anos da Força Nacional de Segurança Pública



CÂMERAS CORPORAIS Capacitação com câmeras corporais e uso da força



LIDERANÇA FEMININA Fomento na cultura de igualdade de gênero para fortalecer competências inclusivas e eficazes nas organizações de segurança pública



FUNDO NACIONAL Entrega de bens e obras para todas as unidades da Federação



COMISSÕES PERMANENTES Garantem um monitoramento eficaz e transparente das ações da Secretaria



SINESP CAD Busca formar profissionais capacitados para treinar outros usuários, garantindo o uso eficiente e padronizado do sistema em diversas instituições pelo Brasil



RENOE Busca fortalecer o combate às organizações criminosas por meio da integração entre as unidades especializadas da Polícia Militar (PM)



FORÇA NACIONAL NO COMBATE ÀS QUEIMADAS

Efetivo da Força Nacional chega à Amazônia Legal para combater incêndios florestais

Os 350 bombeiros da Força Nacional, mobilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para combater os incêndios florestais na Amazônia Legal, chegaram aos locais de atuação em setembro de 2024. O envio foi determinado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino.

A mobilização ocorreu em 20 municípios que concentravam 85% dos focos de incêndio registrados na Amazônia de janeiro a setembro de 2024, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). A Força Nacional já estava presente em seis desses municípios: Apuí, Boca do Acre, Humaitá, Lábrea e Novo Aripuanã (no Amazonas) e Caracaraí (em Roraima).

Os bombeiros que reforçam o combate aos incêndios atuaram também no Pará, nos municípios de Altamira, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu. No Mato Grosso, as equipes foram enviadas para Aripuanã, Colniza e Nova Maringá. Já em Rondônia, estiveram em Candeias do Jamari, Nova Mamoré e Porto Velho.

Além dessas localidades, a Força Nacional já vinha atuando em Corumbá (MS) e Poconé (MT), em apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Envio de bombeiros à Bolívia

Em 5 de setembro, o MJSP enviou 40 agentes da Força Nacional para combater incêndios florestais na Bolívia, nas cidades San Ignácio Velasco, Puerto Quijarro e San Matias e no Parque Nacional Noel Kempff. As áreas estão inseridas em faixas que correspondem ao Pantanal e à Amazônia.

A ação ocorreu em apoio à Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, para proporcionar assistência urgente na luta contra os incêndios que também têm causado danos significativos ao meio ambiente e às comunidades locais daquele país.

As operações contaram com o reforço de bombeiros, policiais militares, policiais civis e especialistas em ciências ambientais. O Ibama, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, também integra a missão, assim como o Corpo de Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul.





ELEIÇÕES 2024: APOIO DA FORÇA NACIONAL EM TERRAS INDÍGENAS DE TRÊS ESTADOS DURANTE PLEITO ELEITORAL



Seções de votação em territórios indígenas em Mato Grosso do Sul, no Paraná e no Rio Grande do Sul receberam reforço na segurança no primeiro turno das eleições municipais, no dia 6 de outubro.

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) atuou em diferentes localidades em apoio à Justiça Eleitoral para garantir o bom andamento do processo.

O emprego da FNSP foi solicitado por meio de portarias da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), da Polícia Federal e do governo do Rio Grande do Sul.

As operações abrangeram, em Mato Grosso do Sul, as aldeias indígenas do Cone Sul e os municípios Ponta Porã, Paranhos, Coronel Sapucaia, Aral Moreira, Antônio João, Itamarati, Jardim, Guia Lopes da Laguna e Douradina.

No Paraná, a atuação foi na Terra Indígena Tekoha Guasu Guavira, e, no Rio Grande do Sul, nas Terras Indígenas Cacique Doble, Guarita, Passo Grande do Rio Forquilha, Nonoai, Três Palmeiras, Rio dos Índios e Gramado dos Loureiros.

“Essas ações reafirmam o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública com a proteção e a segurança das pessoas, além de garantir o pleno exercício do voto. Além disso, visam fortalecer a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio”, afirma o secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo. A atuação da FNSP em qualquer parte do território nacional é estritamente condicionada à solicitação expressa dos governadores dos estados e do Distrito Federal ou de ministros de Estado, conforme o Decreto nº 5.280/2004. As ações têm caráter subsidiário e devem seguir planejamento previamente estabelecido pelos órgãos que solicitaram o apoio.

A atuação da Força Nacional foi essencial para reforçar a segurança em rodovias federais, em apoio à Polícia Rodoviária Federal, como a BR-116 e a BR-040, por meio de patrulhamento e postos fixos, focados na prevenção de roubos de cargas e veículos. O policiamento também foi ampliado para acessos estratégicos, passarelas e áreas adjacentes às rodovias, conforme demandas operacionais.

Paralelamente, o Rio de Janeiro sediou a primeira Cúpula do G20 Social, um evento inédito com foco em assegurar que diferentes realidades e necessidades globais fossem contempladas nas decisões de economia e governança, promovendo um diálogo inclusivo.



G20: reforço na segurança pública do Rio de Janeiro

O encontro reuniu lideranças de 19 países com as maiores economias do mundo, reafirmando o papel do Brasil como protagonista em debates globais. As reuniões da cúpula principal ocorreram nos dias 18 e 19 de novembro, na capital fluminense, com discussões centradas em temas econômicos e de governança global.





20 ANOS DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI PARTICIPA DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DE MEDALHAS AO MÉRITO DA FORÇA NACIONAL

A Força Nacional de Segurança Pública completou 20 anos, no dia 29 de novembro. Criada para atuar de forma cooperada com os estados, ela é acionada em situações de emergência, de calamidade pública e em operações ambientais, por exemplo. Para celebrar a data, a corporação homenageou agentes das polícias civis e militares e dos corpos de Bombeiros que compõem o efetivo, além de autoridades que contribuíram para a segurança pública no País.

Foram conferidas 371 Medalhas ao Mérito da Força Nacional - Soldado Luiz Pedro de Souza Gomes. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, participou da solenidade, em Brasília (DF). "A Força Nacional representa o verdadeiro espírito federativo, atuando de forma coordenada e integrada no combate ao crime, no enfrentamento de calamidades e nas respostas às mudanças climáticas que afetam o Brasil e o mundo", destacou.

Lewandowski ressaltou também o trabalho de excelência da Força Nacional em situações emergenciais, como nas enchentes no Rio Grande do Sul (RS) e nos incêndios florestais que devastaram diversas regiões do País neste ano. Para o ministro, essas atuações exemplificam o senso de bravura e a dedicação que definem a atuação da corporação, deixando uma lição de coragem e compromisso em defesa da sociedade brasileira.

O nome da medalha conferida aos homenageados é em referência ao soldado Luiz Pedro de Souza Gomes, membro da Força Nacional morto em 14 de novembro de 2013, em uma operação em Buritis, Rondônia (RO). Na ocasião, ele tentou resgatar integrantes da Força Nacional, da Polícia Federal e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que estavam cercados por mais de 500 agressores. A honraria foi criada para perpetuar a memória e a bravura do homem que sacrificou a própria vida em defesa da sociedade. Ela é concedida àqueles que, movidos pelo mesmo espírito de dedicação e coragem, prestam serviços relevantes à nação.



Fotos: Isaac Amorim/MJSP

Atuação conjunta

O secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, destacou que a Força Nacional tornou-se símbolo de união e de atuação conjunta no enfrentamento de situações críticas. "Por meio da força e da união dos estados, a Força Nacional tem cumprido seu papel nas calamidades, na garantia da lei e da ordem, nos grandes eventos, no combate ao crime organizado e em situações de riscos e desastres naturais", afirmou.

O secretário também enfatizou o caráter integrador da Força Nacional, que reúne talentos e expertises de diferentes áreas da segurança para atuar de forma coordenada e eficiente. "A Força Nacional é um estágio fundamental de formação e integração, em que profissionais trabalham pela segurança pública do Brasil, levando segurança e cidadania a todos os cantos do País." Sarrubbo destacou ainda a diversidade das missões desempenhadas pela Força Nacional, como as ações em terras indígenas, o combate a incêndios e enchentes, além das operações em situações de calamidade. "Ela atua onde ela é mais necessária para garantir a proteção e a dignidade em momentos de vulnerabilidade", concluiu.





Fotos: Robson Alves/MJSP

AÇÃO SOCIAL MARCA O DIA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Força Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, realizou, no dia 10 de outubro, uma ação social em alusão ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, celebrado anualmente em 11 de outubro. A data, instituída pela Lei nº 2.795, de 15 de abril de 1981, tem como objetivo conscientizar a sociedade sobre a importância de garantir a qualidade de vida e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Demonstrando seu compromisso com o bem-estar social e a promoção de políticas públicas inclusivas, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio da Força Nacional, organizou um dia de atividades recreativas no Batalhão de Pronto Emprego da Força Nacional (Bepe), voltado para estudantes do Centro de Ensino Especial 1 do Gama (DF). Além das brincadeiras, foram distribuídos lanches e interação com os agentes, proporcionando um momento de alegria e integração para os participantes.

O evento reuniu cerca de 350 pessoas, incluindo crianças e adultos com deficiência, sob a orientação de educadores e profissionais de saúde. Contou ainda com a presença de 100 agentes da Força Nacional, além de representantes da Polícia Militar do DF, do Corpo de Bombeiros Militar do DF e da Polícia Rodoviária Federal.

Para o diretor da Força Nacional, Fernando Alencar, a ação reflete a importância da integração entre a sociedade civil e as autoridades de segurança pública. "Nosso objetivo é garantir não apenas a segurança, mas também a criação de um ambiente acolhedor e participativo para todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência", destacou.

Palestra de conscientização para profissionais de segurança pública

Como parte da programação das atividades de conscientização promovidas pela Força Nacional em homenagem ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência, foi realizada uma palestra para os mobilizados da FNSP com o tema "Inclusão e Acessibilidade: o Papel dos Profissionais de Segurança Pública no Atendimento às Pessoas com Deficiência e com Autismo".

O objetivo foi sensibilizar, capacitar e fomentar a humanização no atendimento a pessoas com deficiência, abordando temas fundamentais como inclusão, acessibilidade e respeito aos direitos dessas pessoas. A iniciativa busca aprimorar a qualidade do serviço prestado e promover uma cultura de igualdade, paz e respeito nas ações de segurança pública.





CÂMERAS CORPORAIS

Nos últimos meses, o Brasil tem avançado em diversas frentes no fortalecimento da segurança pública, com ênfase em ações integradas entre os entes federativos, capacitação de profissionais e propostas de alteração de normativos. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) tem sido um ator central, promovendo ações e iniciativas para enfrentar os desafios da criminalidade e modernizar o sistema de segurança. Dentre as ações realizadas em 2024, estão as seguintes:



Fotos: Divulgação

CAPACITAÇÃO COM CÂMERAS CORPORAIS E USO DA FORÇA: APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA

Em outubro, o MJSP deu continuidade à capacitação de agentes de segurança pública com o curso "Câmeras Corporais e Uso da Força: Princípios e Práticas". A segunda edição do curso, realizada em Pernambuco, formou policiais militares, civis, bombeiros e peritos. O treinamento, que também aconteceu em novembro em Brasília, com profissionais de todas as regiões do país, teve como foco o uso adequado desses dispositivos, fundamentais para garantir maior segurança aos profissionais de segurança pública, bem como aumentar a transparência nas suas ações e fortalecer a confiança da população nas instituições. A diretora do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), Isabel Figueiredo, destacou que a formação contínua é essencial para que as ações da segurança pública sejam justas e responsáveis.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DISCUTE REVISÃO DA REGULAÇÃO DO USO DA FORÇA

No Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), especialistas de diversos países reuniram-se para debater a atualização da Portaria nº 4.226/2010, que regulamenta o uso da força por agentes de segurança pública no Brasil. O Seminário Internacional sobre Regulação do Uso da Força, ocorrido em setembro, integra a Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), e busca adaptar a regulamentação às novas demandas e avanços da segurança pública.

O Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, destacou a importância de uma abordagem colaborativa na revisão das diretrizes, envolvendo estados e União. Segundo ele, a regulamentação mais coerente e padronizada é essencial para que os profissionais de segurança pública atuem com confiança. Ele também ressaltou o impacto direto da segurança pública na economia, citando estudos que associam índices de homicídios ao desempenho econômico de um país.

Isabel Figueiredo, diretora do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), enfatizou que o cenário de segurança pública mudou significativamente nos últimos 14 anos, exigindo respostas mais modernas e ajustadas. Ela ressaltou a importância do seminário como uma oportunidade de troca de experiências entre países da América Latina, o que contribuirá para um texto final mais legítimo. "A troca de ideias é essencial para garantir a qualidade necessária ao documento revisado", afirmou.





Foto: Divulgação



Em um esforço contínuo para fortalecer o bem-estar dos profissionais de segurança pública, os estados da Bahia, Espírito Santo e Paraíba aderiram ao programa Escuta Susp, que oferece atendimento psicológico especializado aos agentes da segurança pública. A adesão desses estados marca um avanço importante na promoção da saúde mental desses profissionais, que lidam constantemente com situações de alto estresse.

Em outubro de 2024, a Paraíba se uniu ao projeto Escuta SUSP, ampliando a assistência psicológica aos profissionais paraibanos.

A Bahia também formalizou sua adesão ao programa em outubro de 2024 durante evento em Salvador, que contou com a presença do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Durante o evento, foram entregues viaturas e recursos para reforçar a segurança no estado, e Lewandowski destacou a importância da parceria entre a União e os estados para o fortalecimento das ações de segurança pública. A partir dessa adesão, policiais e bombeiros baianos passaram a ter acesso ao atendimento psicológico gratuito.

TRÊS NOVOS ESTADOS ADEREM AO PROGRAMA ESCUTA SUSP E REFORÇAM APOIO PSICOLÓGICO AOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO FINAL DO ANO

O Espírito Santo, por sua vez, aderiu ao Escuta Susp em novembro de 2024, durante a 11ª Reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), com a presença de autoridades de diversos estados brasileiros. A adesão do Espírito Santo ao programa permite que policiais, bombeiros, peritos e outros profissionais da segurança pública do estado tenham acesso a sessões de tratamento psicológico online, também de forma gratuita.

Essas adesões representam um avanço na expansão do Escuta Susp, que já atende a profissionais de Alagoas, Maranhão, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará, Sergipe. Coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em parceria com universidades federais, a expansão continuará em 2025, com a adesão de mais estados.

Para aprofundar a discussão sobre os resultados e os desafios do projeto Escuta Susp, o coordenador do projeto pela Universidade Federal de Minas Gerais, professor Maycoln Teodoro, respondeu algumas perguntas do MJSP.

Saiba mais. Clique aqui!



RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL DE PESSOAS DESAPARECIDAS

SENASP DIVULGA RELATÓRIO SOBRE DESAPARECIMENTOS E LOCALIZAÇÕES: MAIS DE 56 MIL PESSOAS LOCALIZADAS EM 2023

Durante o encerramento da 2ª edição do Curso de Investigação Policial Aplicada à Busca e Localização de Pessoas Desaparecidas, ocorrido em setembro, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) divulgou um relatório detalhado sobre os desaparecimentos ocorridos em 2022 e 2023. Os dados revelam que, em 2023, 77.060 pessoas desapareceram no Brasil, e 56.542 foram localizadas.

O relatório fornece informações detalhadas sobre o perfil das pessoas desaparecidas, com dados segmentados por faixa etária, sexo, raça e causas dos desaparecimentos. A divulgação deste relatório faz parte da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, estabelecida pela Lei nº 13.812/2019, que visa aprimorar as diretrizes para as buscas, coordenação entre autoridades estaduais e federais e a formulação de ações de cooperação.



desaparec·dos

Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas

MOBILIZAÇÃO

No âmbito da busca por desaparecidos, a Senasp promoveu, em agosto, a Mobilização Nacional para Identificação de Pessoas Desaparecidas, com a coleta de 1.645 amostras de DNA de familiares. As amostras foram retiradas em cerca de 300 postos de coleta distribuídos pelo Brasil. O material genético coletado ajudará a comparar os dados com os registros nos bancos de DNA Nacional e estaduais.

CAPACITAÇÃO

A Senasp continua investindo na capacitação de profissionais envolvidos na investigação de desaparecimentos. Entre 23 e 27 de setembro, foi realizada a 2º Edição do Curso de Investigação Policial aplicada à Busca e Localização de Pessoas Desaparecidas, que visa melhorar os procedimentos e a eficácia das buscas, garantindo respostas rápidas e precisas para as famílias. Com o grande engajamento e participação das instituições de segurança pública na implementação da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, as ações da Senasp refletem o compromisso contínuo com a segurança pública e o bem-estar das famílias afetadas por essa realidade angustiante.

BUSCA E LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS DESAPARECIDAS

2022

82.216
46.337

PESSOAS
DESAPARECERAM
NO BRASIL
FORAM
LOCALIZADAS

2023

77.060
56.542

PESSOAS
DESAPARECERAM
NO BRASIL
FORAM
LOCALIZADAS

Diminuição de 6,27% no número de pessoas desaparecidas
 Aumento de 22,02% na quantidade de pessoas localizadas

10



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



INFORMATIVO | SET-DEZ 2024



Foto: Divulgação

EM OITO MESES, FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EXECUTOU QUASE R\$ 620 MILHÕES EM BENS E OBRAS

Desde o início de 2024, o Fundo Nacional de Segurança Pública entregou R\$ 618.673.553,51 em bens e obras para todas as unidades da Federação. Esse valor é quase a mesma quantia que foi liquidada durante todo o ano de 2023. Somente em agosto, foram R\$ 169,1 milhões. Além disso, os estados e o Distrito Federal já empenharam R\$ 1 bilhão para futura liquidação.

Os valores foram utilizados para aquisição, por exemplo, de viaturas blindadas, de armamentos letal e não letal, de ambulâncias, de caminhões, de uniformes e de itens para os quartéis. Um dos tipos de veículos adquiridos foram lanchas bomba tanque para o Corpo de Bombeiro. Também foram destinadas verbas para os centros integrados de comando e de controle e para as policlínicas para atendimento de saúde dos profissionais das forças de segurança.

Fundo Nacional de Segurança Pública

Execução de **R\$ 618.673.553,51** nos oito primeiros meses de 2024
Estados e Distrito Federal já empenharam **R\$ 1 bilhão** para futura liquidação

Os recursos foram usados para aquisição de:



Viaturas blindadas



Armamentos letais e não letais



Ambulâncias



Caminhões



Uniformes



Itens para os quartéis



Lanchas bomba tanque para o Corpo de Bombeiro





Foto: Divulgação

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INICIA REPASSE DE R\$ 1,084 BILHÃO

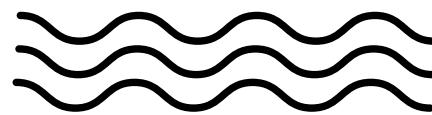
A transferência foi antecipada em três meses em relação às de 2023, o que facilitará a execução pelos entes federativos, permitindo que os recursos possam ser aplicados em políticas de segurança pública ainda no exercício de 2024.

O Fundo Nacional de Segurança Pública é, atualmente, o principal instrumento de financiamento da segurança pública no Brasil e os recursos das transferências fundo a fundo podem ser utilizados para o combate ao crime organizado, a defesa patrimonial, a redução de mortes violentas intencionais, a valorização da qualidade de vida do profissional da segurança pública e o enfrentamento à violência contra a mulher.

Os estados e o DF podem usar o dinheiro repassado para estruturar e equipar as Forças de Segurança Pública com armamentos, viaturas, ambulâncias e outros tipos de veículos, como lanchas bomba tanque para o Corpo de Bombeiros. Os recursos também vão custear serviços para a segurança pública e aquisição de soluções tecnológicas.

Para esse último tema, por exemplo, está previsto o valor de R\$ 108 milhões, mesmo montante destinado à melhoria da qualidade de vida do profissional das forças de segurança.

Segundo a diretora do Fundo Nacional de Segurança Pública, Camila Pintarelli, a primeira leva do repasse será feita com a maior brevidade possível, no montante de R\$ 235 milhões. “O adiantamento dos repasses em relação ao ano passado é resultado de medidas de governança e de diálogo adotadas na gestão do ministro Lewandowski e do secretário Mario Sarrubbo, que facilitaram a integração dos entes federativos”.



**FUNDO NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA**



SENASA²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



FUNDO NACIONAL DESTINA R\$ 2,5 BILHÕES PARA SEGURANÇA PÚBLICA EM 2024

As forças de segurança dos estados e do Distrito Federal receberam, em 2024, cerca de R\$ 2,5 bilhões do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Desse total, R\$ 1,124 bilhão foi repassado aos estados e ao Distrito Federal por transferência obrigatória (fundo a fundo). A operação foi adiantada em três meses em comparação a 2023, com o objetivo de facilitar a implementação das políticas de segurança pública com a execução dos recursos do FNSP ainda neste exercício.

A outra parte, R\$ 1,428 bilhão, financiou toda a atividade da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e projetos específicos, como é o caso da Casa da Mulher Brasileira, do Programa Brasil MAIS e do Centro Comunitário pela Vida (Convive), além de subsidiar atividades de secretarias do MJSP.

Esses recursos também são empregados em prol dos entes federados para o custeio de capacitações, operações emergenciais, doações, construções e modernização do aparelhamento das forças de segurança, por exemplo. Em 2024, o FNSP doou R\$ 348.919.197,64 em veículos e equipamentos para todos os entes federados.

Foto: Divulgação



Além disso, os recursos foram usados para financiar as chamadas operações integradas, levadas adiante em conjunto com as forças de segurança locais, como foi o caso de operações de combate a incêndios, enchentes, crimes nas fronteiras, desintrusão em terras indígenas, combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro.



SEGURANÇA TRANSPARENTES



Foto: Divulgação

SEGURANÇA TRANSPARENTE: DADOS SOBRE REPASSES DE RECURSOS ESTÃO DISPONÍVEIS PARA A POPULAÇÃO

Em setembro de 2024, foi lançada a primeira etapa da Plataforma Segurança Transparente. A iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem como principal objetivo dar agilidade e transparência aos serviços prestados à população por meio do emprego do capital do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

O secretário nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, ressaltou que para um governo democrático, transparência é tudo. "Nós gerimos uma gama enorme de recursos de segurança pública no Brasil e é importante que essas informações estejam ao alcance da população e que sejam de domínio público. O modelo que estamos implantando hoje demonstra transparência absoluta ao disponibilizar para a população as informações sobre os investimentos feitos pelo Governo Federal em segurança pública", disse.

TRANSPARÊNCIA NAS AÇÕES

A criação da ferramenta de business intelligence (BI) é uma recomendação do Tribunal de Contas da União e vai ao encontro da proposta do Governo Federal de promover maior transparência em suas ações. Além disso, ela segue o que versa a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o direito constitucional de qualquer pessoa, física ou jurídica, de ter acesso às informações públicas dos órgãos e entidades.

"A transparência é um dos princípios fundamentais estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal" reforçou o secretário de Informações Estratégicas e Inovação, do TCU, Marcelo Eira. Ele acrescentou ainda que no país temos carecido de transparência em todas as modalidades de transferência de recursos da União.



Foto: Banco de Imagens

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A ministra da Controladoria-Geral da União substituta, Eveline Martins Brito, também destacou a relevância do projeto. "Trata-se de uma iniciativa que apresenta dados e informações a respeito de recursos, doações, prestação de contas e, para a CGU, esse é um passo muito importante em direção à democracia e à cidadania. É avançar para que, cada vez mais, tenhamos informações seguras e que o cidadão tenha acesso e que possa efetivamente participar da vida pública e entender o que o Estado e os governos fazem para melhorar o seu bem-estar, a sua vida e a sua segurança."

Todos os cidadãos terão acesso aos dados sobre a aplicação dos valores, possibilitando um controle mais efetivo, tanto pelos órgãos de Estado quanto pela sociedade, detalhou a diretora do FNSP, Camila Pintarelli. "Com essa plataforma, o ministério dá mais um passo importante para garantir acessibilidade e segurança", afirmou.



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA LANÇA SEGUNDA ETAPA DA PLATAFORMA SEGURANÇA TRANSPARENTE



Foto: Banco de Imagens

A iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) tem como principal objetivo dar transparência ao uso do dinheiro repassado para os estados e o Distrito Federal. "O projeto Segurança Transparente representa algo inédito: dar à população acesso a dados, elementos e informações únicas sobre o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública. É uma virada de página na governança de recursos públicos", afirmou diretora do FNSP, Camila Pintarelli.

O lançamento da segunda etapa da implementação da Segurança Transparente ocorreu na 7ª reunião da Rede Interfederativa, em São Paulo (SP), em outubro de 2024. O grupo se encontrou presencialmente pela primeira vez na capital paulista para discutir o melhor aproveitamento pelos entes federativos dos recursos repassados pelo Governo Federal.

Esses recursos são oriundos das transferências obrigatórias feitas pelo FNSP, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do MJSP, aos entes federados subnacionais (estados e Distrito Federal), as chamadas transferências fundo a fundo.

O repasse fundo a fundo é uma forma de transferência de recursos financeiros que ocorre quando fundos federais repassam recursos diretamente para os fundos das esferas estadual, municipal ou do Distrito Federal.

LEWANDOWSKI E GOVERNO DA BAHIA ENTREGAM 127 VIATURAS PARA REFORÇAR SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO

O ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Lewandowski, e o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues, entregaram, nesta sexta-feira (18), 127 viaturas para as Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica estaduais. Desse total, 60 veículos foram comprados com R\$ 16,4 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública. As outras 67 são aquisições do governo baiano. Entre as viaturas entregues nesta manhã, estão caminhonetes blindadas, motos e micro-ônibus.

Na ocasião, Lewandowski também conferiu outras seis viaturas para a Polícia Rodoviária Federal atuar no estado, que custaram R\$ 2 milhões à União. O MJSP entregou 17,9 mil munições químicas não-letais para as forças policiais baianas, que significaram investimento de R\$ 3,3 milhões.

O ministro destacou que a entrega conjunta de viaturas é um exemplo claro da concretização do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que promove a integração entre a União e os entes federados. "Estamos mostrando que é possível uma conjugação de esforços entre a União e o estado para fortalecer a segurança pública", disse, fazendo referência à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para se criar o que chamou de "SUS da Segurança Pública".

Lewandowski afirmou ainda que a missão dada a ele pelo presidente Lula foi "um combate, sem trégua, ao crime organizado, às facções criminosas e às milícias". "O crime não vencerá. Não vencerá na Bahia, não vencerá no Brasil, porque estamos de mãos dadas para enfrentá-lo com todas as nossas forças."



Foto: Divulgação



NOVAS VIATURAS NA BAHIA

R\$ 16,4 milhões do Fundo
Nacional de Segurança Pública

60 viaturas
do MJSP

67 viaturas
do governo baiano

17,9 mil munições
químicas não-letais

SEGURANÇA TRANSPARENTE LIBERA ACESSO A VALORES DE CONVÊNIOS NA 3^a ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA

A partir de 28 de novembro, a plataforma Segurança Transparente passou a divulgar os valores das transferências voluntárias aos estados e municípios que abrangem convênios, contratos de repasses e termos de compromisso firmados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Estão sob a gestão do FNSP mais de 660 instrumentos, que representam, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão.

O lançamento da terceira etapa da implementação da plataforma criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) é um marco para a gestão pública, visto que ela dá à população a oportunidade de acompanhar como os recursos estão sendo utilizados e, dessa forma, garantir que esses investimentos sejam aplicados de forma eficiente e responsável.

“A plataforma não é apenas uma ferramenta de consulta, é um instrumento de cidadania que permite às pessoas compreenderem o impacto direto dos recursos na segurança pública de seus estados e municípios”, define a diretora do FNSP, Camila Pintarelli. A plataforma também possibilita acompanhar os convênios e contratos de repasses oriundos de emendas parlamentares, com detalhes sobre autores e respectivas bancadas.

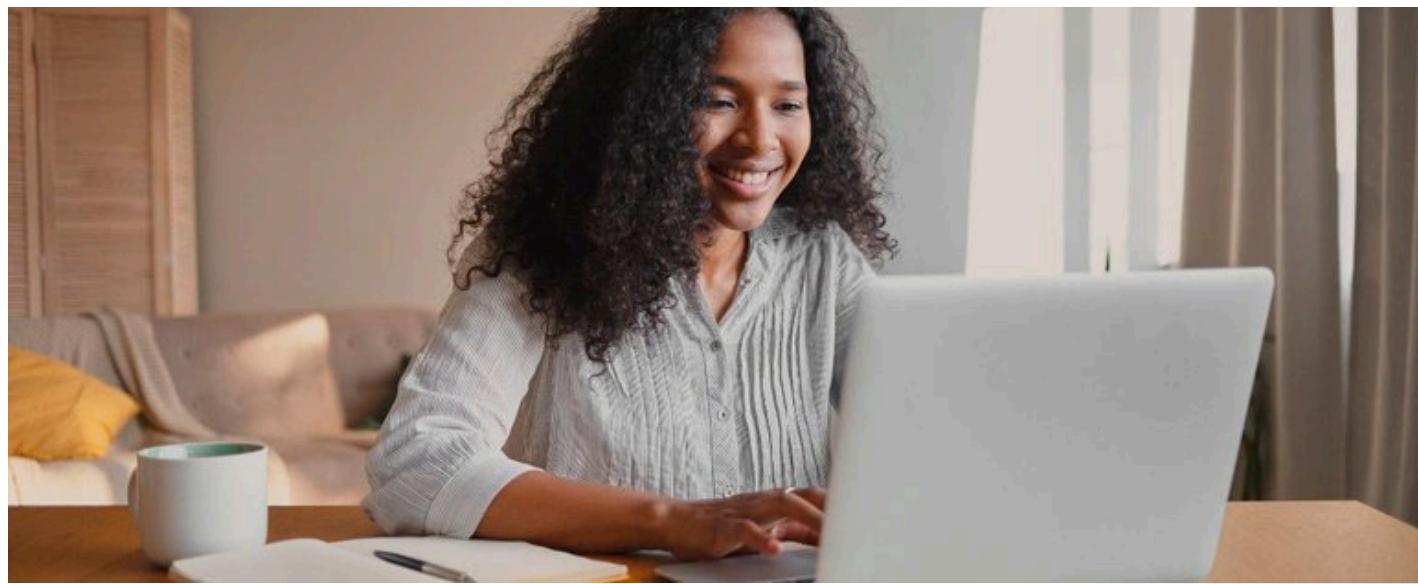


Foto: Banco de Imagens



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





Fotos: Isaac Amorim/MJSP

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA LANÇA QUARTA ETAPA DA PLATAFORMA SEGURANÇA TRANSPARENTE

A partir 18 de dezembro de 2024, a plataforma **Segurança Transparente** passa a divulgar todos os dados relativos às doações feitas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) aos entes federativos na área de segurança pública, referentes aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Apenas neste ano, já foram repassados mais de R\$ 400 milhões em bens aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, em mais de 850 termos de doações.

A quarta etapa da implementação da plataforma, criada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), é um marco para a gestão pública, pois dá à população a oportunidade de acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, garantir que esses investimentos sejam aplicados de forma eficiente e responsável.

“O Fundo Nacional tem uma atuação muito abrangente, e uma das ações que fazemos é a doação de bens de segurança aos entes federativos. Isso ainda é pouco conhecido, por isso a importância dessa quarta etapa: a população vai saber o que é doado e como isso também integra o orçamento de segurança”, explicou a diretora do FNSP, Camila Pintarelli.

Segundo ela, o objetivo do Governo Federal com a implementação da plataforma é que a população tenha clareza sobre como o dinheiro está sendo usado para a construção de um País mais seguro, com obras, equipamentos e iniciativas que realmente transformem a realidade local. Etapas de implementação da plataforma: 1^a Foi possível conhecer o histórico de repasse desde 2019. 2^a Foi liberado o acesso à prestação de contas do uso que cada estado e o Distrito Federal fizeram dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. 3^a Liberação dos dados sobre execução dos recursos. 4^a Dados das doações e 5^a Prevista para desenvolver no início de 2025.





Fotos: Divulgação

SENASA E FORÇAS DE SEGURANÇA SE UNEM PARA APRIMORAR COMPRAS PÚBLICAS

O aprimoramento do Sistema de Compras Públicas em Segurança Pública (ComprasSusp) foi pauta de reunião entre a diretoria do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e representantes das forças de segurança dos estados e Distrito Federal, no dia 24 de setembro, no Palácio da Justiça, em Brasília.

O objetivo foi buscar meios de democratizar e de qualificar as contratações nacionais feitas por meio do sistema, com insumos e informações técnicas específicas, capazes de viabilizar o atendimento integral das necessidades reais das corporações.

A diretora do FNSP, Camila Pintarelli, explicou que o debate prévio com os destinatários dos equipamentos que serão adquiridos com os recursos do fundo aproxima os integrantes das forças de segurança da estruturação das políticas e contribui para a ampliação de conhecimento dos gestores, com mais possibilidades de melhoria na construção dos termos de referência.

“A medida realça o comprometimento da gestão do ministro Ricardo Lewandowski com a eficiência e com a governança na estruturação da segurança pública, uma etapa por vezes invisível, mas que é imprescindível e fundamental na execução de políticas públicas”, afirmou Camila. Para a diretora, o ComprasSusp é um dos maiores legados nacionais. “Ele reafirma a integração federativa como meta impostergável para melhorarmos a segurança no Brasil”, disse.

FUNDO NACIONAL DISCUTE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS

Integrantes da Rede Interfederativa do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e dos grupos de trabalho integrados do ComprasSusp se reuniram em São Paulo (SP), no dia 17 de outubro, na primeira reunião presencial do colegiado formado para discutir o aprimoramento da estruturação da segurança pública no Brasil.

Pela Rede Interfederativa, as reuniões discutem os repasses obrigatórios feitos anualmente aos entes federativos. Desde março, os estados e o DF já utilizaram quase R\$ 800 milhões dos valores transferidos pelo Governo Federal.

A criação da rede é uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJS) com o objetivo de ter mais um espaço de diálogo com os entes federativos e, dessa maneira, trazer maior efetividade do uso do dinheiro público e, consequentemente, aumentar a sensação de segurança dos brasileiros.

Na reunião, foram divulgados dados de execução dos recursos em cada unidade da Federação. A equipe já havia se reunido seis vezes de forma on-line. “Este primeiro encontro presencial é importante para consolidar a estratégia do diálogo como elemento transformador na estruturação do financiamento da segurança pública brasileira”, disse a diretora do FNSP, Camila Pintarelli.



UM GIRO PELOS NÚMEROS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (REF. DEZEMBRO/2024)

FUNDO A FUNDO 2019-2024

TOTAL DE RECURSOS
REPASSADOS E
EXECUTADOS

R\$ 5.645.893.244,34

R\$ 2.777.900.023,07

2024

EXECUÇÃO
49,2%

REPASSE 2024
R\$ 1.084 BILHÃO

DOAÇÕES

R\$ 422.525.716,11
102.474 ITENS DOADOS

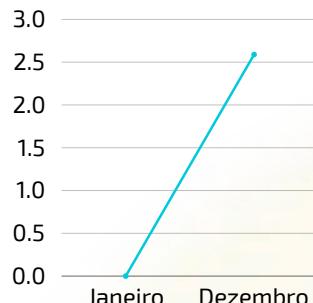
CONVÊNIOS E REPASSES

138 INSTRUMENTOS DE REPASSE
R\$ 782.371.799,22

LICITAÇÕES E CONTRATOS

109 ARP'S VIGENTES
R\$ 7.218.499.259,47

EXECUÇÃO



TOTAL
R\$ 2.589.780.252,91



SENASA²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





Foto: Robson Alves/MJSP

LIDERANÇA FEMININA NA SEGURANÇA PÚBLICA É TEMA DE SEMINÁRIO NO MJSP

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) promoveu, no dia 17 de setembro, o Seminário Mulheres na Liderança por um Brasil mais Seguro, no Palácio da Justiça, em Brasília. Coordenado pela Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o objetivo foi aplicar princípios de liderança feminina, fomentar a cultura de igualdade de gênero e fortalecer competências inclusivas e eficazes nas organizações de segurança pública.

O evento contou com a presença de 42 mulheres que representam o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) de todas as unidades da federação, dos níveis municipal, estadual e federal. Elas são alunas do curso Mulheres na Liderança por um Brasil mais Seguro, do qual o seminário fez parte. Entre as participantes, estavam integrantes das Polícias Militares, Polícias Civis, Polícias Científicas, Corpos de Bombeiros Militares, Polícias Penais e Guardas Municipais de todas as unidades federativas, além da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

O encontro reuniu o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski; a ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármem Lúcia; a ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck; a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; e o secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo. Durante o evento, Cármem Lúcia também ministrou uma aula magna com o tema O Papel da Mulher na Construção de um Brasil Mais Seguro.

Em sua fala, o ministro Ricardo Lewandowski citou uma pesquisa conduzida pelo Fórum Econômico Mundial de 2023, que revelou que apenas 32,2% dos cargos de liderança no mundo são ocupados por mulheres, mesmo que elas representem 42% da força de trabalho.

Lewandowski também destacou que o governo Lula tem feito todos os esforços para garantir uma realidade mais justa para as mulheres e que, no MJSP, a metade das secretarias é comandada por mulheres.

“A luta pela igualdade de gênero é de todas e de todos, e nós, no Brasil, estamos dando passos importantes nessa direção. Quero ressaltar que acreditamos que a presença de mais mulheres em postos de liderança pode contribuir para reduzir a letalidade policial e trazer uma perspectiva mais humanizada para a segurança pública”, complementou o ministro.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, por sua vez, disse que há um longo caminho a ser percorrido para alcançar a verdadeira igualdade de gênero nas instituições, tanto formal quanto material. “Tenho 61 anos de idade e, ao longo da minha vida, vi apenas duas mulheres prefeitas em São Paulo, minha cidade natal. Em meus 34 anos no Ministério Público, nunca vi uma mulher como procuradora-geral de Justiça, com apenas uma exceção”, disse.

Para ele, isso evidencia a importância de eventos como o seminário desta terça-feira. “Temos muito a fazer para garantir que as mulheres ocupem os espaços de liderança que merecem. Este é o caminho que devemos seguir: o compromisso com a igualdade e a presença, cada vez maior, de mulheres em posições de liderança, contribuindo para um Brasil mais seguro”, afirmou.

De acordo com a titular da DEP, Michele dos Ramos, os desafios das mulheres não são poucos e a construção de um país mais seguro não acontece de forma linear. “Já aprendemos que sobressaltos e retrocessos estão sempre à espreita. No entanto, gostaria de reforçar a importância do papel de cada uma de nós nesse processo diário, assim como das inúmeras mulheres que nos antecederam e contribuíram para que hoje possamos ocupar espaços que não foram inicialmente pensados para nós. Nossas vozes, apesar de todos os desafios e intermediações, integram o coro nas tomadas de decisões”, disse.





ENVOLVIMENTO DAS LIDERANÇAS É CRUCIAL PARA A PREVENÇÃO AOS FEMINICÍDIOS

Foto: Robson Alves/MJSP

PROTAGONISMO

A secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, Denise Motta Dau, do Ministério das Mulheres, falou sobre o protagonismo das mulheres do Sistema Único de Segurança Pública na tomada de decisões sobre políticas públicas. “Esse contato direto permite entender as demandas mais urgentes e colaborar de forma estratégica”, pontuou.

Ela também se referiu a serviços integrados, como a Casa da Mulher Brasileira, as delegacias especializadas, as promotorias, as varas de violência doméstica e as defensorias públicas, que muitas vezes operam em parceria com as Guardas Municipais, a Polícia Militar e a Polícia Civil. “O envolvimento dessas mulheres é crucial para o sucesso das iniciativas de prevenção ao feminicídio, especialmente com a participação de estados e municípios”, concluiu.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, destacou o papel das mulheres na construção de um país mais justo: “Muitos dos desafios que enfrentamos só começaram a mudar porque ocupamos esses espaços de liderança, mesmo diante de dificuldades e violências cotidianas. Estamos transformando os espaços de poder e, consequentemente, o nosso país”.

Anielle ressaltou ainda que a diversidade em posições de liderança, seja de gênero ou de raça, não é apenas uma questão de justiça ou de representatividade. “É uma questão de eficiência. Equipes diversas elaboram melhores diagnósticos e soluções, tomando decisões mais equilibradas e abrangentes. Eu destaquei a importância de mulheres em espaços de poder, e quero abraçar cada uma de vocês que, além de servidoras e profissionais, também enfrenta jornadas duplas, como esposas, filhas e mães. Juntas, estamos construindo um futuro com mais paz e dignidade. Lembrem-se de que, apesar das dificuldades, nunca estamos sozinhas”, completou.

A ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, disse ser fundamental olhar para as questões de gênero e raça de forma interseccional. “No Brasil, sabemos que as mulheres negras enfrentam ainda mais barreiras devido a combinação de discriminação de gênero e raça. É uma satisfação ver que estamos formando mais mulheres negras em posições de liderança, mas ainda temos muito a avançar”, disse.

Apesar das inúmeras barreiras, a ministra afirmou que o Brasil está caminhando na direção certa. “Sabemos que a segurança pública precisa ser mais humanizada, e as mulheres trazem uma perspectiva que naturalmente enriquece esse processo. Este curso, promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, é um passo fundamental para capacitar mais mulheres e oferecer a elas oportunidades de crescimento e liderança”, completou Esther.





MJSP CONTRATOU 1.100 VAGAS DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Foto: Wagner Varela/MJSP

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), contratou, em dezembro de 2024, 1.100 vagas para capacitar os profissionais da segurança pública, em cinco cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Pactuados pela Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (DEP/Senasp), no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), os cursos serão ministrados pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Universidade de Brasília (UnB). O objetivo das especializações é aperfeiçoar e qualificar os profissionais por meio de oportunidades de formação continuada.

O investimento da Pasta nas cinco pós-graduações é de R\$ 6.050.000,00 milhões, valor que será passado às instituições de ensino superior por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Metodologia e temáticas

Ministrados na modalidade de ensino a distância (EaD), os cursos se dividem nas seguintes temáticas: inteligência e inovação aplicadas no enfrentamento ao crime Organizado (UFSC), Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas (UFBA), Gestão e Governança de Segurança Pública (UnB), Enfrentamento aos crimes Ambientais e proteção dos povos indígenas (UFGD) e Segurança pública e Política Sobre drogas (UFJF).

MAIS DE 6 MILHÕES INVESTIDOS

A especialização em Inteligência e Inovação aplicadas no Enfrentamento ao Crime Organizado buscará capacitar os alunos para formular, implementar e avaliar estratégias de segurança que respondam de forma eficaz aos desafios locais e nacionais, além de promover o domínio de tecnologias emergentes, como big data, inteligência artificial, cibersegurança e análise preditiva, aplicadas ao monitoramento, prevenção e enfrentamento de atividades criminosas complexas, com ênfase no uso ético e eficiente dessas ferramentas.

A pós-graduação em Proteção de Pessoas vulnerabilizadas buscará preparar o profissional da segurança pública para lidar com as particularidades das violências sofridas por pessoas em diferentes situações de vulnerabilidade, e garantir a abordagem adequada e um atendimento não revitimizador.

O MBA em gestão e governança de segurança pública capacita os profissionais da segurança pública para a realização de suas atividades, buscando aprimorar sua capacidade de desenvolvimento de políticas de segurança pública mais eficazes e eficientes.

A pós-graduação em enfrentamento aos crimes ambientais e proteção dos povos indígenas busca promover as ações de segurança, as integridade física e cultural, os direitos humanos e o bem-estar dessas comunidades em várias frentes, incluindo proteção contra violência e conflitos, defesa territorial, preservação da cultura e identidade, garantia dos direitos humanos e o fortalecimento das relações interculturais.

Por fim, a especialização em segurança pública e políticas sobre drogas pretende capacitar os profissionais para lidar com as normas vigentes sobre o tema, abordagens mais eficientes e encaminhamentos possíveis dentro dos equipamentos públicos disponíveis.



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CRIME ORGANIZADO E OS DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

DIRETORIA DE
ENSINO E PESQUISA

SECRETARIA NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



MJSP DISCUTE A RELAÇÃO ENTRE O CRIME ORGANIZADO E OS DESAFIOS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Foto: Isaac Amorim/MJSP

"Falar sobre crime organizado e os desafios para a democracia brasileira é falar sobre o principal tema em evidência no Brasil neste momento", declarou o secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, na abertura do seminário Crime Organizado e os Desafios para a Democracia Brasileira, no Palácio da Justiça, em Brasília (DF), no dia 3 de dezembro.

O evento promovido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública seguiu até o dia 5 de dezembro e foi transmitido ao vivo pelo Youtube. A programação conta com debates para ampliar as reflexões sobre este momento global em que a democracia enfrenta riscos significativos, marcados por movimentos populistas e um contexto político e social desafiador.

Em seu discurso, Sarrubbo destacou o percurso histórico da democracia no Brasil, relembrando os anos de regime autoritário e a conquista do Estado Democrático de Direito com a Constituição de 1988. "Discutir crime organizado é, inevitavelmente, discutir a sobrevivência e o fortalecimento da nossa democracia."

Para enfrentar esse problema, Sarrubbo reforçou a importância do trabalho de inteligência e da análise econômica do crime. "Desestruturar o crime organizado exige um esforço integrado, estratégico e bem fundamentado, que permita enfraquecer suas bases econômicas e operacionais", explicou.

A diretora de Ensino e Pesquisa da Senasp, Michele dos Ramos, ressaltou que o objetivo do seminário é que as discussões possam subsidiar ações concretas nessa agenda prioritária da secretaria. "Esta é uma oportunidade valiosa para promover trocas entre membros do Ministério da Justiça e Segurança Pública, representantes de diversos órgãos de segurança pública e do sistema de Justiça criminal, além de pesquisadores, especialistas e representantes da sociedade civil", disse.

Além de abordar os desafios e impactos do crime organizado, durante o evento serão apresentadas soluções inovadoras para desarticular as estruturas e mitigar os efeitos dessas organizações. Essa integração promove o intercâmbio de ideias e boas práticas, alinhando as estratégias de enfrentamento com os avanços mais recentes no campo acadêmico e profissional.



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



SENASA LANÇA 3^a EDIÇÃO DA REVISTA DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA



Arte: Zulmíro Filho/MJSP

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) lançou a 3^a edição da revista do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), composta por dois volumes: um de fluxo contínuo e outro com um dossiê especial sobre o enfrentamento ao crime organizado, com artigos de autores de diversas áreas do conhecimento. A 3^a Edição foi lançada durante o seminário Crime Organizado e os Desafios para a Democracia Brasileira, no Palácio da Justiça, em Brasília (DF), realizado no dia 3 de dezembro, e marcou a retomada das publicações da Revista Susp após um período de reformulação.

O Dossiê contou com 15 artigos escritos por especialistas convidados a contribuir com a Revista Susp, que trataram de temas como: a atuação das organizações criminosas no sistema prisional; o impacto da orientação da política sobre drogas; fluxos ilícitos, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos; e discussões sobre a definição de crime organizado e os desafios para a justiça criminal.

Na edição de fluxo contínuo, profissionais da segurança pública de todo o Brasil debatem temas como a redução da violência contra mulheres e meninas, a saúde mental dos profissionais da segurança pública, procedimentos de investigação criminal e o enfrentamento aos crimes ambientais.

A apresentação desta terceira edição da revista foi feita pelo Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, que destacou a importância da pesquisa científica e produção de informações para avançar as fronteiras do conhecimento e nos aproximarmos, cada vez mais, de um Brasil mais seguro para todas e todos.

A terceira edição da Revista Susp é fruto da parceria entre a Diretoria de Ensino e Pesquisa da Senasp e a Universidade de Brasília.





Fotos: Alcemir Coelho/MJSP

COMISSÕES PERMANENTES DE MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO BRAÇOS DA GOVERNANÇA

As Comissões Permanentes de Monitoramento de Políticas Públicas (COMPPs) são o novo braço da governança na Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), instituídas pela Portaria Senasp/MJSP Nº 588, de 7 de agosto de 2024. Com a missão de acompanhar e avaliar as nove Políticas Públicas da Senasp, essas comissões têm se mostrado essenciais para garantir um monitoramento eficaz e transparente das ações da Secretaria.

As COMPPs possuem uma série de responsabilidades estratégicas. Elas são encarregadas de monitorar as políticas públicas da Senasp, acompanhando de perto a implementação das propostas de aprimoramento e elaborando relatórios periódicos sobre o progresso das ações. Além disso, têm o papel de propor ajustes nos processos de monitoramento, que são encaminhados para os gestores.

A principal característica das COMPPs é a metodologia de trabalho colaborativa e integrativa, que busca lidar com a transversalidade das políticas desenvolvidas pela Senasp. A proposta visa não só garantir a eficácia das ações, mas também promover uma gestão pública mais informada e responsável. Cada comissão reúne representantes das seis diretorias da Senasp e um membro da Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação/GAB-Senasp, criando um verdadeiro elo entre a gestão da Diretoria e a governança das políticas públicas.

A criação das COMPPs foi oficializada em evento no dia 24 de outubro de 2024, no auditório Tancredo Neves, com a presença do Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Luiz Sarrubbo. As primeiras reuniões das comissões aconteceram logo em seguida, entre 4 e 14 de novembro de 2024, marcando o início de uma nova fase no acompanhamento das políticas públicas da Senasp.

Em dezembro do mesmo ano, as COMPPs participaram de uma reunião conjunta e capacitativa, que contou com a palestra do Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental, Genivaldo Costa. A capacitação teve como foco o monitoramento das políticas públicas, um passo fundamental para garantir que os membros das comissões estivessem preparados para desempenhar suas funções com excelência.

Para o ano de 2025, a previsão é que ocorra um marco importante: as COMPPs iniciarão, de fato, o monitoramento das políticas públicas, e assim, entregar o primeiro relatório de monitoramento integrado. Espera-se que o relatório ofereça uma visão abrangente sobre o andamento das políticas e seja um reflexo direto do trabalho coletivo e da metodologia adotada pelas comissões.

Com esse trabalho, espera-se que as COMPPs se consolidem como peça-chave na gestão das políticas públicas da Senasp, promovendo não apenas a transparência, mas também a constante melhoria das ações voltadas para a segurança pública no Brasil.





SINESP CAD CAPACITA MULTIPLICADORES EM TODO O BRASIL COM TREINAMENTOS PRESENCIAIS E À DISTÂNCIA

O SINESP CAD, sistema nacional de gestão para centrais de atendimento e despacho de ocorrências, vem realizando treinamentos de multiplicadores em modalidades presenciais e a distância. A iniciativa busca formar profissionais capacitados para treinar outros usuários, garantindo o uso eficiente e padronizado do sistema em diversas instituições pelo Brasil.



Os profissionais de segurança pública interessados em participar da capacitação precisam atender aos seguintes critérios:

- experiência em sistemas informatizados;
- vivência ou conhecimento em centrais de atendimento e despacho de ocorrências;
- facilidade no aprendizado de novas ferramentas;
- disponibilidade para treinar usuários do SINESP CAD;
- não ocupar funções de alta gestão em suas corporações;
- capacidade de transmitir conceitos técnicos de forma clara e acessível;
- interesse em continuar se aprimorando como multiplicador e disposição para compartilhar conhecimentos.



Nos últimos dois meses de 2024, os treinamentos foram realizados em diversas regiões do Brasil, atendendo profissionais de segurança de diferentes corporações e cidades:

1. Boa Vista (RR) e Carapicuíba (SP) - Guarda Municipal.
2. Vitória da Conquista (BA) - Agência Municipal de Trânsito.
3. Monte Alto (SP), Fortaleza (CE) e Campinas (SP) - Guarda Municipal.
4. Natal (RN) - Agência Municipal de Trânsito e Polícia Militar do Rio Grande do Norte.
5. Distrito Federal - Polícia Civil, Samu e Secretaria de Segurança Pública.

ESTRUTURA DO TREINAMENTO

Cada programa de capacitação conta com uma carga horária de 20 horas de instrução teórica, acrescida de 4 horas de atividades práticas. Além do conteúdo técnico, os participantes são incentivados a compartilhar experiências e aprimorar suas habilidades como multiplicadores.

O SINESP CAD segue ampliando o alcance de suas ações para fortalecer a gestão de segurança pública em todo o território nacional.



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



SINESP PPE CAPACITA MULTIPLICADORES NAS POLÍCIAS MILITARES DO PARÁ E DO CEARÁ

O SINESP PPE, por meio do Procedimentos Policiais Eletrônicos, promoveu no último bimestre capacitações voltadas à formação de multiplicadores nas Polícias Militares do Pará (PA) e do Ceará (CE).

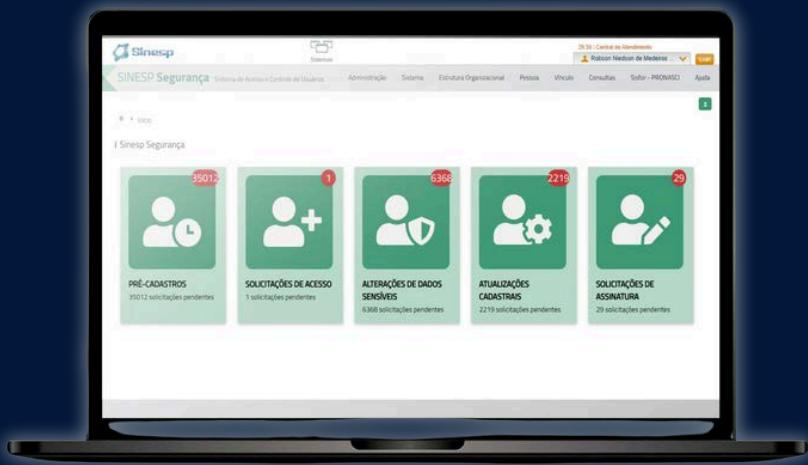
O treinamento, com carga horária de 30 horas-aula, teve como foco o domínio do sistema PPE BO Integrado, ferramenta essencial para a gestão de informações policiais. Durante as capacitações, os participantes foram instruídos sobre as principais funcionalidades do sistema, incluindo a elaboração de Boletins de Ocorrência (BOs) e a realização de consultas de pessoas, veículos e armas.

Além das instruções técnicas, os profissionais participaram de atividades práticas que envolveram a resolução de casos fictícios, utilizando a interface Web da plataforma. A metodologia visa não apenas garantir a proficiência no uso do sistema, mas também capacitar os multiplicadores a repassarem o conhecimento para suas respectivas corporações de forma clara e eficiente.

A iniciativa reafirma o compromisso do SINESP em modernizar os processos de segurança pública, promovendo a integração e padronização de informações em nível nacional, contribuindo para uma atuação mais ágil e assertiva das forças policiais.



SINESP SEGURANÇA ALCANÇA MARCA HISTÓRICA DE MAIS DE 550 MIL USUÁRIOS ATIVOS



O SINESP Segurança, plataforma que oferece serviços de autenticação, autorização e gestão de usuários, atingiu a marca histórica de 551 mil usuários ativos em seu sistema. Este avanço destaca a crescente adesão à solução que integra as operações de segurança pública em diversas esferas administrativas, incluindo federal, estadual e municipal.

A plataforma SINESP Segurança é responsável por fornecer uma série de funcionalidades essenciais para o funcionamento da infraestrutura de segurança pública. Entre as principais, estão a gestão de usuários, perfis e papéis, autenticação de documentos, assinatura eletrônica e controle de máquinas e estruturas organizacionais, além de diversos processos necessários para o uso seguro e eficaz das aplicações da Plataforma SINESP e sistemas integrados aos órgãos de segurança.

O aumento no número de usuários reflete a confiança das corporações de segurança pública na tecnologia, que tem sido fundamental para otimizar a gestão de informações e fortalecer a integração entre diferentes forças de segurança no Brasil. Com a crescente utilização da plataforma, o SINESP Segurança contribui para uma gestão pública mais eficiente e segura, auxiliando na execução de ações mais rápidas e precisas.

INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

O Brasil registrou uma diminuição de 4,71% no número de mortes violentas intencionais nos meses de setembro e outubro, ao comparar os dados de 2023 com os de 2024.



▼ 4,71%



▼ 5,17%

HOMICÍDIO DOLOSO

A quantidade de homicídios no Brasil apresentou uma redução de 5,17% nos meses de setembro e outubro, comparando os anos de 2023 e 2024.



▼ 7,05%

ROUBO SEGUIDO DE MORTE (LATROCÍNIO)

O número de latrocínios no Brasil apresentou uma queda de 7,05% nos meses de setembro e outubro, em uma comparação entre os anos de 2023 e 2024.





CONSELHO GESTOR DO SINESP (CONSINESP) ELEGE REPRESENTANTES PARA O BIÊNIO 2025-2026

Entre os dias 25 e 29 de novembro de 2024, a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (ConSinesp) realizou o processo eleitoral para escolha dos cinco Representantes Regionais, titulares e suplentes. A eleição, conduzida pela plataforma digital Teams, contou com a participação dos Gestores Estaduais do Sinesp.

Os Conselheiros eleitos assumirão funções estratégicas para a eficácia e governança do ConSinesp, incluindo:

Atribuições

- Acompanhamento e desenvolvimento das atividades do Conselho;
- Relatoria de matérias designadas;
- Proposição de resoluções técnicas;
- Análise de temas com emissão de votos;
- Responsabilidades adicionais;
- Proposta de pautas urgentes;
- Relatório de irregularidades;
- Participação ativa em reuniões;
- Articulação com Gestores Estaduais;
- Indicação de profissionais para Câmaras Técnicas;
- Requerimento de análises adicionais e convocação de reuniões extraordinárias.

Os conselheiros eleitos desempenharão papel fundamental na orientação das deliberações do colegiado. Confira ao lado relação dos novos conselheiros eleitos:

REPRES.	CONDIÇÃO	NOME	FUNÇÃO
MJSP	Presidente	Vanessa Fusco Nogueira Simões	Presidente
MJSP	Suplente	Rafael Rodrigues de Sousa	Presidente Suplente
MJSP	Titular	Dérik Reis do Nascimento	Secretário-Executivo
MJSP	Suplente	Luciano de Assis Mereles	Secretário-Executivo Suplente
MJSP	Titular	Vanessa Fusco Nogueira Simões	Presidente
MJSP	Suplente	Rafael Rodrigues de Sousa	Conselheiro Federal
MDHC	Titular	Bruna Marns Costa	Conselheiro Federal
MDHC	Suplente	Pedro de Lemos Mac Dowell	Conselheiro Federal
PF	Titular	Rodrigo Moraes Fernandes	Conselheiro Federal
PF	Suplente	Rafael Machado Caldeira	Conselheiro Federal
SENAPPEN	Titular	Adriana Lourenço Pessoa Vessoni	Conselheiro Federal
SENAPPEN	Suplente	Napoleão Gomes da Silva Júnior	Conselheiro Federal
PRF	Titular	Joedson Camilo de Oliveira	Conselheiro Federal
PRF	Suplente	Daniel Cavallare Pires	Conselheiro Federal
Norte - AC	Titular	Paulo Felipe da Silva Leitão	Conselheiro Estadual - Tecnologia da Informação
Norte - AC	Suplente	Prigulin Andrade de Araújo	Conselheiro Estadual - Inteligência
Nordeste - RN	Titular	Gleidson Paulino Vitorio	Conselheiro Estadual - Estatística e Análise
Nordeste - BA	Suplente	Frederico Medeiros V. Albuquerque	Conselheiro Estadual - Tecnologia da Informação
Centro-Oeste - MT	Titular	Tatiana Eloá Pilger	Conselheiro Estadual - Estatística e Análise
Centro-Oeste - MS	Suplente	Michel Weiller Neves	Conselheiro Estadual - Estatística e Análise
Sudeste - MG	Titular	Murilo Ribeiro de Lima	Conselheiro Estadual - Inteligência
Sudeste - SP	Suplente	Luiz Fernando Zambrana Ortiz	Conselheiro Estadual - Tecnologia da Informação
Sul - RS	Titular	Arthur de Oliveira Moraes Junior	Conselheiro Estadual - Tecnologia da Informação
Sul - RS	Suplente	Simone Viana Chaves Moreira	Conselheiro Estadual - Inteligência





CONSELHO GESTOR DO SINESP APROVA RESOLUÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO FONAR



O Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (ConSinesp) aprovou, em 3 de dezembro de 2024, a minuta de Resolução nº 01/2024, que regulamenta a implantação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (Fonar). O formulário foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para avaliar riscos e prevenir violência doméstica.

A resolução é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o CNJ. A medida visa fortalecer a integração entre segurança pública, justiça e serviços sociais.

A minuta da Resolução foi submetida à apreciação do Ministro da Justiça e Segurança Pública para futura publicação.

O Fonar avalia histórico de violência, fatores de risco e vulnerabilidade da vítima por meio de questionário detalhado. Essas informações são essenciais para avaliar os benefícios e os impactos em relação aos seguintes aspectos:

Benefícios

- Adoção de medidas protetivas;
- Formulação de políticas públicas;
- Ações articuladas entre segurança pública, justiça e serviços sociais;
- Respostas mais eficazes e integradas.

Impacto

- Melhoria na proteção das vítimas;
- Prevenção de reincidências;
- Fortalecimento do monitoramento de casos;
- Transparência e articulação interinstitucional.

A implantação do Fonar no Sinesp representa um marco na gestão de dados sobre violência doméstica.





JORNADA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE DADOS CONSOLIDA AVANÇOS NA QUALIDADE DOS DADOS ENVIADOS À BASE NACIONAL DE BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DO SINESP



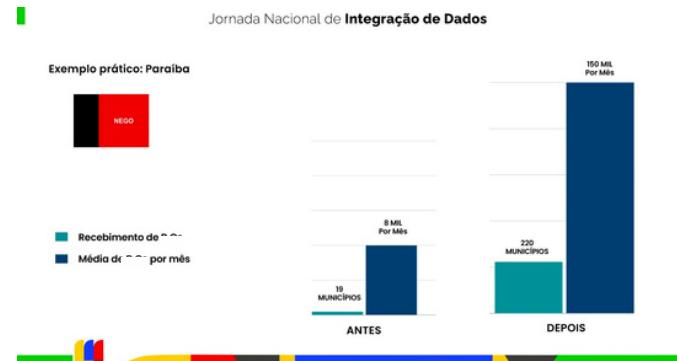
Jornada Nacional de Integração de Dados de Segurança Pública

A Jornada Nacional de Integração de Dados, iniciada em 1º de agosto de 2024, realizou sua última reunião técnica em dezembro, marcando o fim de sua etapa de 2024. Durante esse período, a ação promoveu reuniões técnicas e negociais presenciais e *online* com 11 Unidades Federativas: Paraná, Tocantins, Distrito Federal, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Pará.

Nessas reuniões, foram apresentados diagnósticos preliminares dos dados enviados pelos estados à Base Nacional de Boletins de Ocorrências (BNBO) do sistema Sinesp Integração. Os estados também tiveram oportunidade de expor seus desafios de integração, e acordos foram estabelecidos para melhorar a qualidade dos dados.

Principais resultados

Melhoria na integração de dados: A Paraíba, por exemplo, passou de 8 mil boletins de ocorrências por mês, de apenas 12 municípios, para 150 mil boletins, com a participação de 220 municípios.



- Avanços em Minas Gerais: os dados de vítimas, anteriormente não recebidos pela BNBO, agora estão sendo encaminhados corretamente.
 - Monitoramento contínuo: a equipe técnica da Coordenação-Geral de Gestão e Integração de Dados realizará monitoramento regular dos dados e interlocuções com os estados para correções necessárias.

Esses avanços contribuem significativamente para estudos, pesquisas e elaboração de políticas públicas, reforçando a importância da Jornada Nacional de Integração de Dados na melhoria da qualidade das informações.





REDE NACIONAL DE OPERAÇÕES OSTENSIVAS ESPECIALIZADAS

1º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE NACIONAL DE OPERAÇÕES OSTENSIVAS ESPECIALIZADAS (RENOE)

No período de 25 a 27 de setembro de 2024, foi realizado o evento I Encontro Técnico da Rede Nacional de Operações Ostensivas Especializadas (Renoe), na cidade de Brasília-DF. Com o objetivo de fortalecer o combate às organizações criminosas por meio da integração entre as unidades especializadas da Polícia Militar (PM) dos 26 estados e do Distrito Federal.

Os integrantes da Renoe discutiram estratégias de repressão qualificada, focadas em desmantelar as estruturas criminosas com o apoio de outros órgãos de segurança pública. As principais atividades da Renoe incluem encontros técnicos, reuniões de alinhamento, operações integradas, capacitações, treinamentos, trocas de boas práticas, aquisições de equipamentos e criação de protocolos de atuação.

A primeira reunião técnica teve como propósito promover a colaboração entre as unidades especializadas da PM das 27 unidades da Federação e fortalecer a cooperação entre os órgãos de segurança. Segundo o diretor de Operações Integradas e Inteligência, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Rodney da Silva, a ideia é criar um espaço de colaboração.

“A melhor forma de aprimorar os nossos procedimentos é ouvir quem está na linha de frente, quem lida diretamente com os desafios do dia a dia”, disse. Para ele, o encontro também é uma oportunidade de discutir propostas de investimentos que possam fortalecer as unidades da PM. “Ao compartilhar experiências e ideias, podemos construir soluções mais eficazes e sustentáveis para que as necessidades sejam atendidas de forma mais precisa e assertiva”, afirmou Rodney Silva.



Foto: Isaac Amorim/MJSP



SENASP²⁰²⁴

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO





REDE RECUPERA REÚNE REPRESENTANTES E PROMOVE AÇÕES NO 2º SEMESTRE DE 2024

Nos dias 30 e 31 de outubro de 2024, Brasília foi palco do II Encontro Nacional da Rede Nacional de Recuperação de Ativos - Recupera, que reuniu representantes das Polícias Civis de todas as unidades da federação, da Polícia Federal, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), membros do Conselho Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos (Conara) e outros órgãos. O evento reforçou a cooperação interinstitucional necessária para o sucesso das operações de recuperação de ativos no país.

O principal objetivo do encontro foi fortalecer as unidades de recuperação de ativos, promover a troca de experiências e boas práticas entre as instituições e consolidar uma estratégia nacional integrada no enfrentamento ao crime organizado.

4 - Carta Aberta do II Encontro Nacional

O encontro também culminou na elaboração de uma Carta Aberta, consolidando consensos e recomendações estratégicas, incluindo:

- Inclusão da recuperação de ativos no planejamento estratégico das Polícias Civis;
- Criação de fundos específicos para as Polícias Civis, destinados a financiar as atividades de recuperação de ativos;
- Promoção de aprendizado contínuo por meio de capacitações e treinamentos;
- Fortalecimento da cooperação interinstitucional entre as Polícias Civis, Polícia Federal e outros órgãos;
- Padronização dos procedimentos na gestão de ativos.

O II Encontro Nacional demonstrou que a Rede Recupera está consolidada como um instrumento essencial para o fortalecimento da segurança pública, atuando de forma integrada e estratégica no enfrentamento às infrações penais e promovendo o desenvolvimento de boas práticas e marcos normativos.



Fotos: Everton Ubal/MJSP

PRINCIPAIS RESULTADOS

1 - Adesão total das Polícias Civis

Todas as Polícias Civis do Brasil formalizaram sua adesão à Rede Recupera, com 100% dos termos de adesão assinados.

2 - Expansão das unidades de recuperação de ativos

- 10 unidades de recuperação de ativos implementadas nas Polícias Civis;
- 27 Grupos de Recuperação de ativos - GRALS implementados na Polícia Federal.

3 - Lançamento do Manual de Recuperação de Ativos

Durante o evento, foi apresentado o primeiro Manual de Recuperação de Ativos da Rede Recupera, uma ferramenta técnica e prática que sistematiza procedimentos relacionados às cinco etapas fundamentais:

- Identificação;
- Apreensão;
- Administração;
- Alienação;
- Destinação de bens oriundos de atividades ilícitas.





Fotos: Divulgação

REDE RENARC REFORÇA AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Entre os dias 25 e 29 de novembro de 2024, foi realizado em Salvador/BA o Curso de Planejamento de Operações de Repressão Qualificada pela Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Senasp/MJSP. A 3ª edição deste curso teve como objetivo capacitar profissionais de segurança pública a compreender todos os mecanismos envolvidos desde a concepção até o desencadeamento operacional simultâneo de uma Operação de Repressão Qualificada (ORQ).

O curso focou em como planejar e executar operações que adotem estratégias eficazes de combate ao crime, minimizando riscos e maximizando resultados operacionais. As metodologias de planejamento operacional, análise de riscos, medidas cautelares e gestão de operações foram abordadas, de modo a preparar os profissionais para enfrentar os desafios associados à repressão qualificada do crime organizado.

De acordo com Rodney da Silva, Diretor de Operações Integradas e de Inteligência, o Cifap teve uma carga horária de 80 horas e objetivou fornecer aos participantes o conhecimento necessário para identificar e combater a lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas relacionadas ao crime organizado. Através de uma metodologia que combinou aulas teóricas com exercícios práticos, os policiais desenvolveram habilidades para rastrear ativos ilegais, interpretar documentos financeiros e aplicar tecnologias de análise de dados, essenciais para desarticular redes criminosas e recuperar ativos.

Rodney da Silva também destacou que essa capacitação visa promover a asfixia financeira das organizações criminosas, atacando suas bases econômicas e impedindo a continuidade de suas operações.



A Operação Alafia Bahia, por exemplo, é uma iniciativa de segurança pública de âmbito estadual, focada no combate ao crime organizado e na redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) na Bahia. A operação foi realizada nas cidades de Jequié, Simões Filho, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas e Paulo Afonso, com uma estratégia que inclui policiamento orientado por inteligência e ações policiais preventivas e repressivas concentradas nas áreas mais impactadas pela criminalidade. Além disso, a operação conta com o apoio da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi) da Senasp/MJSP, reforçando os esforços para a eficácia das ações.

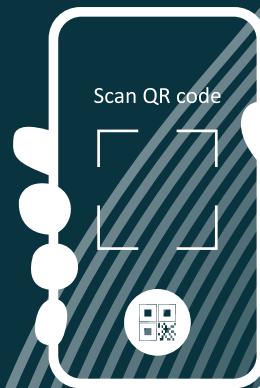


Em setembro e novembro, foram realizadas a primeira e a segunda edição do Curso de Investigação Financeira e Análise Patrimonial (Cifap), promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O curso capacitou policiais civis e federais de todos os estados do país e do Distrito Federal.

SENASA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

www.gov.br/senasp



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO